

Narrativa Cronológica

Coronel
António de Oliveira Pena



Invernos na Revista Militar

Janeiro/Fevereiro/Março
1855-1905-1955-2005

A quarta Narrativa Cronológica, depois de *Primaveras*, *Verões* e *Outonos*, procura, como as anteriores, recomunicar os acervos da Revista e, de certo modo, descrever as vivências envolventes do seu *mundo* ocorridos há 150, 100 e 50 anos, interligados com a actualidade.

Neste *Invernos* destacam-se trabalhos publicados nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 1855, 1905 e 1955, e ainda, por se ter dado no Inverno de 1905 o início da 2ª Época, também se analisa o número de 31 de Dezembro de 1904 (*Inverno 1904/1905*).

A Narrativa tem como objecto principal despertar a curiosidade dos leitores habituais da Revista para o seu acervo havendo disponibilidade dos Serviços Administrativos para atender solicitações respeitantes à consulta dos trabalhos publicados.

Esta narrativa, ***Invernos na Revista Militar***, encerra o ciclo das quatro estações analisadas ao longo do ano onde se procurou *interlaçar* períodos de há 150, 100 e 50 anos, com o vivido na actualidade, através do género jornalístico *narrativa cronológica* que ao longo do ano *despertou* a curiosidade de alguns estudiosos do rico acervo da Revista.

“Entre 1850 e 31 de Dezembro de 1904, data que corresponde ao final da ‘1ª Época’ da Revista, o número de Sócios Efectivos oscilou entre os 26 iniciais e os 16 de 1881 e 1882. (...) Só a partir de 1884 a Revista passou a inserir anualmente a relação dos Sócios Efectivos e Honorários.” 1 Em 1855 a Empresa da Revista Militar tinha 26 Sócios Efectivos (SE) sendo vinte e quatro Fundadores.

Nos últimos dias de Dezembro de 1904 (ainda *Inverno 1904/1905*), terminava a 1ª Época da Revista Militar, constituindo então a Empresa 17 Sócio Efectivos (dos quais apenas o

General de Divisão Luiz de Sousa Folque pertencia ao conjunto dos Fundadores) e dois Sócios Honorários. A integração da Revista do Exército e da Armada, da Revista de Administração Militar e do Portugal Militar, na Revista Militar, que ocorreu em Janeiro de 1905, alterou o quantitativo de SE que passou a ser de 41 Oficiais (os dezanove da 1ª *Época*, proprietários e redactores das publicações que se reuniram na Revista e alguns novos Sócios).

No ano de 1955 a totalidade era de cinquenta e oito e agora, Janeiro de 2005, o conjunto perfaz o quantitativo de sessenta e três (um dos quais honorário), havendo mais quatro eleitos na Assembleia Geral de 15 de Dezembro de 2004, mas que ainda não tomaram posse.

O Regulamento Interno permite o máximo de setenta.

Em 1855 os Corpos Gerentes (CG) resultavam do “*Acordo de 1848*”, resumindo-se à Direcção constituída por quatro elementos.

Há 100 anos, 1905 (início da 2ª *Época*) existiam Corpos Gerentes (AG/Direcção/Conselho Fiscal) no total de 21 membros. A Direcção era composta pelo Presidente, General de Brigada José Estevão de Moraes Sarmento (nomeado pelo Ministro da Guerra, Coronel do CEM Sebastião Custódio de Silva Telles, a partir do conjunto dos Sócios Efectivos da Revista Militar), oito Vogais Efectivos (dois Coronéis, um TCor, um Primeiro-Tenente e quatro Capitães), Secretário (Tenente David Branquinho) e três Vogais Suplentes (dois Capitães e um Tenente). Os Estatutos de 1905 (Aprovados pelo Ministério da Guerra de 19 de Dezembro de 1905) determinavam, no artigo 4º, que o Secretário e o Director-Administrador tivessem a remuneração de 120 réis por ano, cada um, prática que se manteve ao longo dos anos sendo agora de 253 euros mensais para Director-Gerente e Director-Administrador.

No Inverno de 1955 os CG eram vinte e dois (AG/4, Dir/14 e CF/4), continuando o Presidente da Direcção a ser nomeado anualmente pelo Ministro da Guerra de entre os Sócios Efectivos da Empresa, havendo Presidente (General Teixeira Botelho), Vice-Presidente (Vice-Almirante Botelho de Sousa), Director-Administrador (General Ferreira de Passos), Director-Gerente (TCor Araújo e Silva), sete Vogais Efectivos e três Vogais Suplentes.

Em 2005 a organização é semelhante à de 1955, mas de vinte elementos.

A responsabilidade executiva da Direcção tem sido semelhante ao longo de toda a *vivência* da Revista Militar, sendo cometida há 150 anos a quatro directores, em 1905 e 1955 a três e agora (2005) continua com Presidente, Director-Gerente e Director-Administrador.

Nos aspectos gerais, em termos de pessoal e material, dos Serviços Administrativos da Empresa, verifica-se considerável diferença entre as quatro épocas em análise, *Invernos* de 1855, 1905, 1955 e 2005, havendo actualmente nítida melhoria no que respeita a material e, sobretudo, em pessoal, em termos quantitativos e qualificativos.

A partir da observação do acervo e dos géneros jornalísticos que *percorrem* os números dos *Invernos* de 1855, 1905 e 1955, salientam-se alguns artigos, mas o *desafio* consiste em provocar o interesse em melhor conhecer o acervo da Revista Militar, nomeadamente nos aspectos que podem constituir diferenças entre os quatro *Invernos* analisados (1855, 1905, 1955 e 2005).

Os objectos de investigação proporcionados pela Revista Militar são importantes aos militares das Forças Armadas, tanto do QP/Activo como aos que se encontram nas situações de Reserva e Reforma. O acervo da Revista proporciona envolvimento em trabalhos académicos a todos os níveis do Ensino Superior, principalmente em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, em diversos âmbitos científicos.

Em 1855 poucos artigos eram assinados sendo grande parte da autoria da *Redacção* integrada na Direcção.

Em Janeiro, na *INTRODUÇÃO*, salienta-se, “*É sob um aspecto inteiramente novo para os militares que vae começar o anno d 1855.*”

A guerra, muito provavel no principio do anno passado, tornou-se durante o seu decurso um facto consummado, desde essa epocha a attenção publica concentrou-se nos exercitos, e a sociedade, como sempre succede n’estes periodos especiaes, ficou toda dominada por um único pensamento - os combates e as batalhas.

(...)

Para nós militares portuguezes, a guerra do Oriente é uma grande lição e talvez um grande conselho. As alianças não bastam para defender os paizes pequenos. Os poderosos ás vezes não querem conquistar, basta-lhe proteger os paizes pequenos.

(...)

A liberdade e a independência são para as nações como a honra e a vida para os individuos; uma vez perdidas ou se somem para sempre no sepulchro ou se lhes cospe nas faces.

Que no anno que começa se meditem bem estas verdades, e se aprenda no exemplo do que acabou”.

No Inverno de 1905, após *turbulência*, iniciou-se a “2ª Época”.

No Nº1, Janeiro de 1905, Ano LVII, os mandatários da nova Empresa da Revista Militar, escreveram “**Pro Patria**”, dizendo:

“A Revista Militar entra com o presente numero em uma nova epoca da sua existencia.

(...) Mas nos tempos d'outr'ora, quando a vida dos quartéis decorria em uma atmosphera de mutua desconfiança, aguardando-se a todo o instante novo movimento revolucionario, as paginas d'este jornal jámais se tornaram echo de outros sentimentos que não fossem os do appello á concordia e do incitamento á subordinação.

(...)

Entendeu agora o governo, semelhantemente ao que já havia pensado, em 1894, o ministro que então estava á frente dos negocios da guerra, que a dispersão de esforços, em materia de jornalismo militar, não era conveniente em um exercito pequeno, como o do nosso paiz, e que muito conviria que todos os jornaes existentes se congregassem, para que da união dos seus esforços pudesse redundar a formação de um periodico com condições materiaes e profissionaes capazes de melhor fazer valer os interesses do exercito e de mais proficuamente auxiliar o derramamento da instrucção nas suas fileiras.

(...)

Pro Patria foi, na verdade, o brado de alma que a todos os congregados reuniu no mesmo pensamento generoso da fusão.

(...)

Inspirada em tal de considerações, e sciente dos exemplos da historia, que confirmam a sua exactidão, a nova empresa da Revista Militar resolveu continuar a executar escrupulosamente a antiga linha de conducta dos fundadores d'este jornal".

Em 1955, no Inverno de há cinquenta anos, o número de Janeiro apresenta o In Memoriam do General Norton de Matos, dizendo A Direcção: "A morte do general Norton de Matos foi profundamente sentida pelos seus companheiros da Revista Militar, que há trinta anos viam com justificado orgulho o glorioso nome do eminente official ao lado dos seus.

(...)

Norton de Matos, official do Corpo do Estado Maior, onde se tornara já conhecido, embora ainda muito novo, pelo seu amor ao estudo, pela sua competência e pela dedicação pelo serviço, partiu para a Índia em 1898, onde se ocupou, como director dos Serviços de Agrimensura, da elaboração do cadastro das terras daquela nossa província ultramarina.

(...)

Quem puder estudar minuciosamente a obra de Norton de Matos em Angola tem muito que admirar e por ventura que aprender.

Antes de terminar este breve registo, pois, como dissemos, o nosso propósito não é fazer uma biografia completa, não podemos deixar de aludir à acção de Norton de Matos, como

ministro da guerra (1915 a 1917), quando o governo português resolveu levar as nossas forças a Flandres e a África, ao lado dos exércitos das nações aliadas. (...) Norton de Matos foi um dos delegados de Portugal à conferência da Paz que em 1929 se reuniu em Versalhes.”

No Inverno de há cinquenta anos (1955), para além de outras colaborações relevantes, destacam-se ainda:

“Passado - Presente - Futuro”, do General Afonso Botelho (Vogal Efectivo da Direcção), “‘Ninguém tem o direito de ignorar a história’ é afirmação que se atribui a W. Churchill. Assim deveria ser mas é prática que se não observa”.

A concessão do Prémio “Moçambique” ao actual decano dos Sócios Efectivos da Revista Militar (1947), Major-General Hélio Augusto Esteves Felgas, na altura Capitão de Infantaria, pela publicação do artigo, *“Emigração Indígena de Moçambique para os territórios limítrofes”*, publicado no número doze da Revista de 1954.

O artigo do Capitão Hélio A. Esteves Felgas, *“Problemas de Política Social na Província Portuguesa de Timor*, donde se destaca:

“ (...)

Só a alguns aspectos desta Política tão difícil mas tão necessária nos referiremos. Entre eles, os que respeitam à Alimentação e à Agricultura, à Saúde e à Higiene, à Educação e à Instrução e à Habitação sem, no entanto, entrar em pormenorizações que o espaço não consente.

(...)

Em nosso entender, no entanto, para fazer face aos encargos - em especial aos de ordem social - criados para com a população timorense, por merecimento próprio desta e tendo em atenção as actuais tendências internacionais, Timor não deve contar com tal auxílio que não pode servir para contrabalançar o inevitável aumento de despesas. Novas fontes de receita terão de ser descobertas ou melhoradas as existentes dentro de moldes razoáveis. É aos recursos internos, pessoais e materiais, que a província terá de ir buscar o desenvolvimento económico de que necessita para poder gozar a melhoria geral a que tem direito.

(...)”

Agora, Inverno de 2005, verifica-se nítida continuidade em relação aos Outono, Verão e Primavera anteriores (2004) no que respeita a produção para o acervo; pormenorização e diversidade das crónicas, *notícias do mundo militar* e *militares nacionais*; actualidade e profundidade dos editoriais e cuidado com as crónicas bibliográficas sobre as obras oferecidas à Revista Militar.

Inverno de 1855 - há 150 anos

Revista Militar N.º 2436 - Janeiro de 2005, pp 0 - 0.

:: Neste pdf - página 5 de 19 ::

ORGANIZAÇÃO MILITAR.

DESCRIÇÃO DOS ENSAIOS QUE SE FIZERAM EM VENDAS NOVAS PARA
A FUTURA ORGANIZAÇÃO DEFINITIVA DE UMA ESCOLA CENTRAL
DE TIRO DE INFANTERIA E CAVALLARIA.

No dia 18 de junho, em cumprimento das determinações de s. ex.^a, o marechal duque de Saldanha, commandante em chefe do exercito, chegaram ás Vendas Novas os oito contingentes, que deviam dar comêço aos ensaios da escola.

No dia 19 mandei formar os contingentes, e reunil-os dois a dois, como pequenas companhias, que denominei *secções*, sob o commando do official mais graduado dos dois contingentes: duas secções eram de caçadores, e duas d'infanteria. (...)

AS MAIS URGENTES NECESSIDADES MILITARES.

O parlamento vai abrir-se, que nos seja permittido resumir n'um breve quadro as primeiras e as mais urgentes necessidades do nosso exercito e as medidas legislativas que podemos e devemos esperar da camara com tanta mais razão quanto é certo que alli existe hoje um numero já consideravel de militares instruidos que serão os primeiros que hão de comprehender estas verdades e pugnar pelo prompto remedio dos males que vamos apontar, e a que ao presente só se póde obviar pela publicação de novas leis ou revogação das antigas. (...)

INTRODUÇÃO.

É sob um aspecto inteiramente novo para os militares que vai começar o anno de 1855.

A guerra, muito provavel no principio do anno passado, tornou-se durante o seu decurso um facto consummado, desde essa epocha a attenção publica concentrou-se nos exercitos, e a sociedade, como sempre succede n'estes periodos especiaes, ficou toda dominada por um unico pensamento — os combates e as batalhas.

Desde que se recorre ás armas o destino das nações fica pendente do talento dos generaes e do valor dos soldados; é então que elles compensam os sacrificios que essas nações parecem ter feito com elles durante a paz, e que n'estes periodos d'anciedade publica só se lamenta não terem sido maiores; assim as poucas vozes excentricas que na Europa pugnavam pela extincção dos exercitos e pela inauguração de uma paz universal, calaram-se para sempre ás primeiras descargas da batalha do Alma, para darem logar ás que accusam os diversos governos com mais ou menos razão por não terem olhado anteriormente como deviam pela organização dos exercitos, pelos commodos e instrucção dos soldados, pela regularidade dos recrutamentos, pela perfeição do material de guerra, por todos os melhoramentos em summa da arte militar. (...)

NOTICIARIO MILITAR.

Teve logar no dia 9 do corrente fevereiro, a festividade religiosa que todos os annos se costuma fazer na capella do hospital militar da Estrella, e por esta occasião esteve patente todo o edificio para se poderem observar os progressivos melhoramentos que vae apresentando.

Este anno havia de novo uma casa de banhos tão util, e mesmo indispensavel n'um estabelecimento d'este genero, e a reforma da botica que tanto contrastava o anno passado com o resto do hospital.

É muito para louvar o zelo e interesse com que se progrediu no aperfeiçoamento material deste edificio, e que coincidindo com o cuidado e sciencia com que n'elle são tratados os doentes, vae tornando cada vez mais distincta e digna de todo o louvor a nossa classe de facultativos militares.

Suas Magestades, El-Rei D. Pedro V. e El-Rei Regente, Suas Altezas o Infante D. Luiz e o Principe de Saxe-Cobourgo-Gotha, dignaram-se honrar com a sua visita o hospital permanente, e o observaram minuciosamente, dando provas inequivocas de quanto se achavam satisfeitos pelo seu perfeito estado de arranjo, e boa disposição. (...)

ORGANIZAÇÃO MILITAR.

Algumas reflexões a respeito dos officiaes inferiores d'artilheria.

Pelo desenvolvimento a que successivamente tem sido levados os cursos de estudos das armas especiaes, tem-se conseguido que, em geral, estas possuam um grande numero de officiaes habilitados, não só para satisfazerem ás exigencias do serviço peculiar de cada uma, mas também para serem empregados em commissões, nas quaes prestam ao paiz valiosos serviços.

Ha todavia no numero das armas especiaes uma, a de artilheria, que para a regularidade do serviço regimental, exige bons officiaes inferiores: é d'estes que já hoje se conhece grande falta, a qual, em nosso ver, augmentará na razão directa do numero de officiaes habilitados que as escolas forneçam á arma. (...)

NOTICIARIO MILITAR.

Marcha de corpos. — O batalhão de caçadores n.º 3 partiu de Villa Real para o seu antigo quartel de Bragança, onde se acha fazendo guarnição.

Cordão sanitario. — O estado sanitario do reino visinho tornou necessario o estabelecimento de um cordão sanitario na fronteira de Traz-os-Montes; o exercito é assim chamado mais uma vez a prestar este importantissimo serviço ao paiz, que oxalá d'esta vez seja coroado de tão bons resultados como da outra. (...)

Inverno de 1904/1905

(31Dez1904/Janeiro/Fevereiro/Março1905) - há 100 anos.

Pro Patria

A *Revista Militar* entra com o presente numero em uma nova epocha da sua existencia. Militando ha cincoenta e seis annos ininterruptos nas lides da imprensa, tendo como fito unico o aperfeiçoamento e engrandecimento das instituições militares, que sempre entendeu deverem constituir a mais solida garantia da independencia do paiz, este jornal jámais esmoreceu na execução da patriotica cruzada que esse programma exprimia, encontrando nos seus companheiros de armas o mais solido apoio e ardente incitamento para proseguir em tal missão.

Folheando as paginas dos numerosos volumes que constituem a collecção d'este jornal, n'ellas se encontrará o indubitável testemunho da isenção e espirito de imparcialidade com que as successivas direcções se desempenharam do mandato que lhes havia sido conferido, evitando cuidadosamente que a *Revista* se pudesse constituir echo de quaesquer preconceitos politicos ou de interesses pessoais, por mais justificados que parecessem. Não admira que assim tenha succedido na vida dos homens que hoje se conservam na actividade do serviço militar, quando o paiz de ha muito não tem sido abalado por sanguinarias luctas civis. Mas, nos tempos d'outr'ora, quando a vida dos quartéis decorria em uma atmosphera de mutua desconfiança, aguardando-se a todo o instante novo movimento revolucionario, as paginas d'este jornal jámais se tornaram echo de outros sentimentos que não fossem os do apello á concordia e do incitamento á subordinação.

(...)

A nova espingarda de infantaria. — A commissão de balistica está estudando uma nova bala para a espingarda de infantaria.

Parece que depois de adoptado o typo da arma de que os nossos leitores tem inteiro conhecimento pelo relatorio que esta *Revista* publica no presente numero, e escolhido igualmente o projectil, a casa constructora apresentou aos officiaes de infantaria comissionados para escolherem o typo da espingarda a adoptar no nosso exercito uma outra bala, de fórma acentuadaamente conica, á qual se attribuem notaveis propriedades balisticas e especialmente uma grande tensão de trajectoria. E' essa bala, ainda não adoptada em exercito algum, que a commissão de balistica está estudando conscienciosamente, para ver se taes propriedades são ou não verdadeiras.

Por esse motivo o fabrico da espingarda para a nossa infantaria está ainda consideravelmente atrazado. (...)

UMA OPINIÃO

SOBRE A

ORGANISAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA PORTUGUEZA

Parece-me que não é erro dizendo, que na organização da nossa marinha militar, temos, até aqui, enveredado por caminho que não é o melhor, e que nem mesmo é bom, dando lugar a supôr-se que a marinha de combate é para nós uma ilinutidade. Que não possamos ter marinha porque ella seja custosa convenho; mas a soberania custa muito cára, e mais do que ella, custam as humilhações que soffrem os estados, quando não podem impor-se ou defender-se. Esquecendo sempre a grande influencia que as marinhas fortes, pelos seus navios ou pela sua boa organização, tem na politica internacional, tratámos apenas, e com isso nos temos contentado, de crear uma marinha a que chamámos colonial, que não custa pouco e que quasi não satisfaz. (...)

MATERIAL DE CAMPANHA

DE

Telegraphia sem fios

A descoberta de Marconi, da telegraphia sem fios, estava destinada de ha muito a prestar optimo auxilio aos exercitos em campanha. Até ha pouco tempo, no entanto, só poderia ser aproveitado este systema de comunicação em installações permanentes, como por exemplo n'uma praça forte, porquanto, pela grande delicadeza e complexidade dos instrumentos empregados, não só se tornava difficil o seu transporte, mas tambem a rapidez e facilidade da sua installação deixavam muito a desejar. (...)

MONTEPIO OFFICIAL

Este momento, em que uma comissão nomeada pelo governo estuda as bases sobre que deve assentar a reforma dos estatutos do montepio official, parece-nos asado para apresentarmos algumas ligeiras considerações que desenvolveremos opportunamente.

Antes, porém, de abordarmos o assumpto, parece-nos, dever relembrarmos que esta instituição tem evitado, e continuará de-certo evitando, milhares de vezes, horridos abandonos, privações tremẽdas, dramas sinistros, de angustias e desesperos. (...)

Inverno de 1955

(Janeiro/Fevereiro/Março) - há 50 anos.

Corpos Gerentes para 1955

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

General Raúl Augusto Esteves

VICE-PRESIDENTE

Coronel Dr. Manuel Rosado Fernandes Gillo

SECRETÁRIOS

Coronel José Gonçalves Macielra Santos

Capitão Hélio Augusto Esteves Feljan

DIRECÇÃO

PRESIDENTE

General José Justino Teixeira Botelho

VICE-PRESIDENTE

Vice-Almirante Alfredo Botelho de Sousa

DIRECTOR-ADMINISTRADOR

General Álvaro Telles Faria de Paes

DIRECTOR-GERENTE

Tenente-Coronel Alberto Araújo e Silva

VOGAIS EFECTIVOS

General Afonso Talaya Lapa de Sousa Botelho

General D. Luis da Costa de Sousa Macedo

General Jorge Henrique Nunes da Silva

Capitão de Mar e Guerra Gabriel António Prior

Coronel Alberto da Silveira Lemos

Coronel Francisco Chagas

Tenente-Coronel Dr. Nicolau José Bettencourt

VOGAIS SUPLENTES

Coronel Belisário Pimenta

Coronel José Maria da Ponte Rodrigues

Primeiro Tenente Avelino Teixeira da Mota

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

General Luis Augusto Ferreira Martins

VOGAIS

Brigadeiro Armando Luis Pinto

Coronel Eduardo Guedes de Carvalho Meneses

VOGAL SUPLENTE

Tenente-Coronel Alfredo Amêlio Pereira da Conceição

O General

José Mendes Ribeiro Norton de Matos

A Direcção

A morte do general Norton de Matos foi profundamente sentida pelos seus companheiros da *Revista Militar*, que há trinta anos viam com justificado orgulho o glorioso nome do eminente oficial ao lado dos seus.

Não nos propomos fazer aqui a biografia do ilustre general, não só porque para tal nos faltam elementos que só um longo, moroso e ponderado estudo da sua alta personalidade, do meio em que se formou e em que viveu, da sua época, nos permitiriam fazer, senão também porque os juízos da História carecem de muitos anos para poderem ser elaborados com imparcialidade. Demais, a actividade de Norton de Matos exerceu-se em muitos sectores da vida nacional.

O nosso propósito, ao escrever estas linhas, é apenas registar nas páginas da Revista o angustioso acontecimento e a perda imensa que para a nossa Corporação representa a baixa à sepultura de Norton de Matos. Não podemos, porém, deixar de manifestar neste doloroso momento a nossa admiração pelos altos serviços prestados por Ele à Pátria, que procurou sempre dignificar e honrar devotadamente. (...)



GENERAL
JOSÉ MENDES NORTON DE MATOS

SÓCIO EFECTIVO DA «REVISTA MILITAR»

N. 23-III-1867 † 2-I-1955

Prémio
«MOÇAMBIQUE»

Capitão de Infantaria
Hélio Augusto Esteves Felgas

Artigo:
**Emigração indígena de
Moçambique para os territó-
rios limítrofes**



O EXÉRCITO SOVIÉTICO

SERZEDELO COELHO
Cap. do C. E. M.

INTRODUÇÃO

O problema. Factores fundamentais a considerar

O valor de um Exército pode apreciar-se de vários pontos de vista. Um dos mais importantes é o *ponto de vista técnico*. Assim, o armamento, o equipamento, as verbas do orçamento geral do Estado destinadas às despesas militares, a indústria de guerra, a integração na estrutura geral das F. Armadas e a forma de subordinação ao poder político, a organização do Comando Superior e das G. U., a organização detalhada das Pequenas Unidades, a táctica ofensiva e a táctica defensiva, os efectivos em actividade e as reservas instruídas, a instrução dos quadros e das tropas, as possibilidades logísticas, o recrutamento, a preparação pré e para-militar, etc., são alguns dos múltiplos factores a analisar. Por outro lado, como o Exército é uma parte do conjunto «Forças Armadas» há ainda que considerar o grau de prioridade que o Governo lhe atribui em rela-
(...)

Reflexão Final

Na sequência do prometido quando se trabalharam os *Otonos*, antes de encerrar esta última Narrativa aborda-se, resumidamente, a problemática iniciadora da 2ª Época (Janeiro de 1905).

A análise realizada aos periódicos cuja fusão se deu com a Revista Militar em finais de 1904 (*Revista do Exército e da Armada*, *Revista de Administração Militar* e *Portugal Militar*), demonstra em todos excelente aspecto gráfico, bom nível dos artigos publicados sendo normal a sua quantidade/variedade, pelo que se deve procurar a justificação da mudança em razões diferentes da falta de colaboradores ou de dinamismo das direcções.

A *Revista do Exército e da Armada* que se iniciou em 1893, publicava dois volumes anuais, o último, Julho a Dezembro de 1904, apresentava vinte artigos de 17 autores. A revista tinha três proprietários (um Major e dois Capitães), nove directores (um TCor, um CapFragata e sete Capitães) e um administrador (Major). A partir da análise dos artigos publicados em 1904 não se infere estar próxima a interrupção ou fusão do periódico, embora nas páginas 121 a 127 do último volume o artigo do Capitão Vasconcelos Dias “*Simples Opinião - Sem Fé e sem Esperança*”, se possa considerar polémico. Este autor, que não integra os corpos sociais da *Revista do Exército e da Armada*, sendo redactor da *Revista de Administração Militar*, no seu trabalho pretende demonstrar que estava errado o conceito de atribuir ao Ministro da Guerra (um Político) o Comando em Chefe do Exército.

A *Revista de Administração Militar*, iniciada em 1902, publicava um volume anual. No ano da fusão, 1904, publicou 336 páginas contendo 63 artigos. A Direcção tinha como Presidente um TCor e como Redactores um Capitão, um Tenente e um Alferes e como Administrador um Capitão.

O *Portugal Militar* foi criado em 1903 pela Direcção da *Revista de Administração Militar*, sendo seu suplemento ilustrado de publicação mensal, destinado a divulgar currículos e fotografias de militares ilustres, mas também de fazer o tratamento de assuntos militares, científicos e históricos.

Os Estatutos da Primeira Época referiam como *sustento* da Revista Militar o produto das assinaturas e mencionava que a Empresa devia providenciar quando a receita não chegasse para cobrir a despesa. Os de 1905, também no artigo 3º, consideram para além das assinaturas, anúncios pagos e subsídios do Estado concedidos com o fim de promover o desenvolvimento da Instrução no Exército.

Nos Estatutos iniciais, e nos de 1862, todos os cargos eram preenchidos por eleição, mas nos de 1905 o artigo 10º contém um parágrafo onde se diz que o Presidente da Direcção é nomeado anualmente pelo Ministério da Guerra, de entre os Sócios Efectivos da Empresa, facto que se deve às bases acordadas com o Governo, uma vez este ter assumido a indispensável participação monetária para a Revista se manter e alargar.

A boa harmonia com que decorreram as conversações entre as Direcções das três revistas de que se fez a fusão revela-se no facto de todos os membros dos Corpos Sociais da *Revista do Exército e da Armada*, no total de onze, e da *Revista de Administração Militar*, total de cinco, terem ingressado na Revista Militar como Sócios Efectivos. Em 1905 integravam os Corpos Gerentes da Empresa da Revista Militar oito oficiais oriundos

da *Revista do Exército e da Armada* e quatro dos cinco oriundos da *Revista de Administração Militar*.

Pela análise e estudo do acervo da Revista Militar a fusão que deu início à *Segunda Época* parece ter sido pouco polémica e de um modo geral bem aceite pelos Sócios Efectivos. No entanto a partir do estudo das Actas da Direcção e Assembleia Geral, e de outros documentos da época, infere-se ter havido *turbulência*, como refere o anterior Presidente da Direcção, Tenente-General José Lopes Alves, " (...) *Por fim as Revista do Exército e da Armada (1893), Revista de Administração Militar (1902) e Portugal Militar (1903), esta suplemento ilustrado da anterior, que, sendo Ministro da Guerra o General Sebastião Teles e Chefe do Governo o progressista José Luciano de Castro, dando execução a decisão muito contestada, foram fundidas em 1905 com a já velha de 57 anos, mas sempre de espirito jovem e independente, Revista Militar".*

*Foram razões apontadas para esta fusão a pequenez do Exército e a dispersão de espaço em matéria de jornalismo. Todavia, a arrastada celeuma também então levantada com a Presidência da Direcção da Revista Militar levam a admitir que se desejava coarctar politicamente opiniões divergentes em vários domínios, principalmente por parte dos fundadores e colaboradores da Revista do Exército e da Armada, os Capitão Ferreira da Costa, Tenentes Ayres de Ornellas e Vasconcelos e 1º Tenentes Teixeira Botelho e Mendonça Galvão, que viriam a revelar-se figuras proeminentes nos ramos a que pertenciam."*²

Com esta Narrativa, ***Invernos na Revista Militar***, termina o trabalho que se realizou ao longo de 2004 no sentido de dar a conhecer a *riqueza* que representa o acervo, as diversas crónicas e as envolventes do âmbito da gerência e da *liderança* da Revista Militar ao longo dos seus 156 anos.

António de Oliveira Pena

Coronel, Director-Gerente do Executivo da Direcção da Revista Militar

1 GRADE, Eurico António Sales (Major-General, Sócio Efectivo da Revista Militar), Os Sócios da Revista Militar desde a sua fundação, in Revista Militar, Nº10, Outubro de 1999, p. 1398.

2 ALVES, José Lopes (Tenente-General), Evocação Reflexiva da Contribuição dos Militares na Regeneração (1851-1910), in Revista Militar, Nº11, Novembro de 2004, p. 1047.